

**ENTREVISTA REALIZADA COM AMILTON MORETTO<sup>1</sup>:** Tímido crescimento do PIB não é suficiente para recuperar o dinamismo do mercado de trabalho brasileiro da segunda metade dos anos 2000

**Entrevista realizada pela Profa. Dra. Valéria Ferreira Santos de Almada Lima<sup>2</sup> com o Prof. Dr. Amilton Moretto.**

**Valéria Almada Lima** - Como o senhor avalia a atual conjuntura econômica brasileira e seus rebatimentos sobre o mercado de trabalho, em que apesar de um tímido crescimento do PIB, da ordem de 1%, observado a partir do último trimestre de 2017, a taxa de desocupação continua elevada, tendo alcançado os patamares de 13,1% e 12,4%, respectivamente, no primeiro e no segundo trimestres de 2018, contra 11,8% no último trimestre de 2017?

**Amilton Moretto** - *Depois do sofrível desempenho de 2014, quando o PIB apresentou um crescimento de 0,5%, a economia brasileira mergulhou em profunda crise, com o produto apresentando quedas sucessivas de 3,5% nos anos de 2015 e 2016 e um pífio aumento de 1% em 2017. Aos problemas econômicos internacionais decorrentes dos desdobramentos da crise de 2008, somaram-se as questões políticas que têm agravado a situação econômica. Ainda que o cenário internacional mude, será difícil uma recuperação sustentada no curto e médio prazos. Sem um crescimento sustentado, dificilmente o mercado de trabalho voltará a mostrar o dinamismo verificado nos anos 2000, especialmente na sua segunda metade. Isso não quer dizer que a taxa de desocupação continue a crescer. A limitação no acesso à proteção da renda (seguro-desemprego) obriga o trabalhador a buscar qualquer atividade para poder sustentar sua família e a si próprio. O cenário provável é de uma ampliação das ocupações por conta própria de baixo rendimento, somados a inserção em empregos com elevada rotatividade e intermitentes, ou seja, pode ser que*

---

<sup>1</sup> Graduado em Ciência Econômica pela Universidade Estadual de Campinas (1988), Mestrado em Desenvolvimento Econômico (Área de Economia Social e do Trabalho) (2001); Doutorado em Desenvolvimento Econômico (2007) pela mesma Universidade. Atualmente é professor da Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA.

<sup>2</sup> Economista, Doutora em Políticas Públicas, Professora do Departamento de Economia e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (PPGPP) da UFMA.

*estejamos entrando num período de ampliação da precariedade no mercado de trabalho, que afetará a parcela da população com menor qualificação e escolaridade, mas também poderá atingir segmentos populacionais com maior escolaridade, que devem enfrentar maior concorrência no acesso aos postos de trabalho.*

**Valéria Almada Lima** - Em julho de 2018, o CAGED registrou um saldo de mais de 47 mil empregos no país, um aumento de 1,18% em relação a dezembro de 2017 e de 0,75% em relação ao mesmo mês do ano anterior. Não obstante, a participação dos empregos com carteira assinada vem recuando, enquanto tem aumentado o percentual dos empregos sem carteira. A que o senhor atribui essa tendência?

**Amilton Moretto** - A geração de empregos formais em 2018, ainda que positiva, está muito aquém das necessidades do conjunto da sociedade e não deverá ser capaz de recuperar nem 1/3 dos empregos destruídos nos últimos três anos. Assim, o fato de o emprego com carteira assinada apresentar crescimento não significa que se está gerando os postos de trabalho necessários capazes de absorver todos os trabalhadores que estão disponíveis e buscam um emprego remunerado. Um mercado de trabalho mais restritivo reduz a capacidade de negociação do trabalhador. Este trabalhador, com menor capacidade de negociar com o empregador e pressionado pela necessidade de obter renda para seu sustento e de sua família, acaba aceitando piores condições de contratação, remuneração e de trabalho, inclusive o não registro do vínculo de trabalho em carteira. Contribui para isso, também, a menor fiscalização da parte do governo. O interessante a ser observado é que o emprego sem registro em carteira cresce num momento em que as reformas feitas na legislação trabalhista foram realizadas atendendo aos interesses do setor patronal, reduzindo direitos para diminuir o custo associado à contratação formal (com registro em carteira) do trabalhador e, mesmo com essa redução de direitos, parte do setor patronal continua a contratar sem reconhecer o vínculo de emprego e, com isso, deixa de recolher as contribuições que financiam a seguridade social, especialmente a previdência social, contribuindo, assim, para piorar as contas públicas.

**Valéria Almada Lima** - Os dados das PNAD Contínuas apontam que tanto a massa de rendimentos quanto o rendimento médio do trabalho, após experimentarem uma trajetória descendente entre o início de 2015 e meados de 2016, voltam a crescer a partir de então ao ponto de se aproximarem dos níveis alcançados no início de 2015. Como explicar tal comportamento diante da tendência de precarização das formas de contratação já referida anteriormente?

**Amilton Moretto** - *De fato, a recessão ao reduzir o número de ocupados, reduziu também a massa de rendimento real do trabalho. A recuperação, ainda que lenta, em 2017 e 2018 fez crescer a massa de rendimentos e o nível de ocupação, mas os valores do 2º trimestre de 2018 ainda se encontram ligeiramente abaixo daqueles verificados antes da recessão. Ou seja, estamos no nível de dois anos atrás em termos de geração de riqueza e renda. O fato de terem se ampliado as formas de contratação mais precarizadas não implica necessariamente que os rendimentos tenham que ser menores, pois a precariedade implica em maior desproteção ao trabalhador, maior insegurança e relações de trabalho mais instáveis e não necessariamente em uma remuneração menor, ainda que isso ocorra também. Pode ocorrer, por exemplo, uma ampliação da exploração, na medida em que se recorra à remuneração composta de um valor fixo e um valor variável, que obriga o trabalhador a se desdobrar para manter uma certa produtividade que lhe garanta certa constância no seu rendimento. Além disso, dado que a rotatividade é uma característica central do emprego no Brasil, esse expediente sempre foi utilizado para se reduzir o valor das remunerações, substituindo-se um trabalhador com salário mais alto por outro com salário menor. Assim sendo, esse comportamento de elevação da remuneração média e da massa salarial não é contraditório com uma ampliação da precariedade nas formas de contratação. Obviamente, em determinados segmentos ocupacionais, a ampliação da precariedade pode reduzir o ganho por hora do trabalho – especialmente para os trabalhadores conta própria – exigindo uma ampliação da jornada de trabalho para alcançar um rendimento satisfatório. Em outros termos, ocorre uma intensificação do trabalho.*